

A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa

Entrevista com René Mouriaux

por ANDRÉIA GALVÃO*

Apresentação

René Mouriaux é um estudioso do sindicalismo francês e europeu. Ao longo de sua trajetória intelectual, tem-se dedicado à análise de diversas organizações sindicais, seus discursos e formas de ação, ressaltando a dimensão política do fenômeno sindical. Diretor de pesquisa da Fondation Nationale des Sciences Politiques, da qual acaba de se aposentar, Mouriaux destacou-se por ser uma voz dissonante no interior de uma instituição reconhecidamente elitista e liberal. Movido por um engajamento militante e por seu compromisso com a renovação do marxismo francês, Mouriaux enfatiza a centralidade da oposição capital x trabalho não apenas na análise do movimento sindical, como também dos diferentes movimentos sociais (desempregados, *sans-papiers*, sem-teto, entre outros), buscando desvendar suas determinações estruturais e motivações conjunturais. Contrapondo-se às leituras unilaterais e unívocas dos acontecimentos, apreende os fenômenos sociais a partir de sua causalidade múltipla, entrelaçando fatores objetivos e subjetivos em sua explicação.

Em sua vasta obra, o sindicalismo é compreendido numa perspectiva dinâmica, com seus avanços e retrocessos. A preocupação com o movimento histórico leva-o a procurar as imbricações entre passado, presente e futuro, sinalizando as continuidades, as rupturas, as mudanças qualitativas. Ao cuidado com a periodização, acrescenta-se o gosto pela lexicografia: as palavras são polissêmicas, sendo utilizadas em diferentes contextos, com sentidos distintos. O rigor teórico se revela na recusa ao ecletismo – tão na moda

* Doutoranda pela Unicamp.

entre pós-modernos – bem como no cuidado com a definição dos conceitos empregados. Entre seus trabalhos publicados, destacam-se: *Syndicalisme et politique* (1985), *Le syndicalisme face à la crise* (1986), *La CFDT* (1989), *La CGT* (1992), *Le syndicalisme en France* (1992), *Le mouvement social en France* (1998).

A entrevista que segue foi realizada em conjunto com Armando Boito Jr. no Centro de Estudos Marxistas (Cemarx/Unicamp), no mês de outubro de 2001. Mouriaux veio ao Brasil para apresentar a conferência “O sindicalismo europeu e a globalização”, no XXV Encontro Anual da Anpocs, e a palestra “Lutas sociais na Europa hoje”, promovida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A tradução é de minha autoria, revisada por Armando Boito Jr.

CM – Qual é a situação do movimento social na Europa nos últimos anos?

R. Mouriaux – *Desde 1995, constata-se na Europa uma reanimação da cena social, um retorno da mobilização coletiva. Penso que é preciso situar isso numa periodização: a grande crise, a desestruturação do keynesiano-fordismo, que começou por volta dos anos 1974-1976, a entrada no desemprego de massa, todos esses fenômenos levaram durante todo um período à desarticulação do movimento sindical em particular e à diminuição de lutas, à dessindicalização e, sobretudo, a um recuo das greves e a grandes derrotas que marcaram a impotência do movimento sindical.*

Lembrarei brevemente do fato de que na França, em 1973, os trabalhadores da siderurgia foram vencidos, portanto uma parte da siderurgia francesa foi liquidada, no quadro de um plano europeu. Em seguida (1980), houve o fracasso dos grevistas da Fiat italiana e o fim da escala móvel de salários. Depois, a grande derrota dos mineiros, durante o governo Margareth Thatcher, que quebrou o movimento dos mineiros, posto que a Federação dos Mineiros foi dividida ao meio, entre aqueles que estavam nas minas ainda rentáveis e aqueles que estavam naquelas que fechavam. Com isso, todo o conjunto do sindicalismo britânico foi profundamente afetado. No caso alemão, a partir de 1990, houve repercussões da reunificação. Num primeiro tempo, a reunificação reforçou a situação do sindicalismo alemão, gerando uma enorme potência, mas a relação entre as duas economias provocou um enorme desemprego na antiga RDA, a Alemanha do leste, e esse desemprego provocou uma migração interna, notadamente dos técnicos, para a Alemanha do oeste, que conheceu tensões e dificuldades no mercado de trabalho, de modo que a DGB [Deutscher Gewerkschaftsbund (Confederação Sindical Alemã)] não pôde defender tão bem quanto antes os níveis de salários. Esse é um período por mim

denominado crise troublante [crise perturbadora], no qual o movimento social é quase aniquilado. Além disso, a queda da URSS marcou simbolicamente o fato de que não havia alternativa, mesmo que se tratasse de uma alternativa feita de erros e imperfeições, que muita gente já não queria mais. Mas, simbolicamente, com a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da URSS, o liberalismo parece ser triunfante e o único ator possível.

Essa percepção se desfaz, particularmente, por volta de 1995. De um lado, o sentimento de que o liberalismo não traz benefícios para os assalariados mas, ao contrário, é portador de toda uma série de prejuízos (em francês dizemos os prejuízos do progresso, os prejuízos do liberalismo). Assistimos a uma deterioração da situação dos assalariados, no conjunto da Europa, e não somente de um ponto de vista individual mas também coletivo, pois os serviços públicos se enfraquecem e além disso todo um conjunto de prejuízos sobre o meio ambiente e a alimentação, a mal-bouffe [alimentação de má qualidade], a doença da vaca louca, levam à compreensão de que o que liberalismo produz não é viável. Portanto, saímos do fatalismo, temos a percepção e a experiência de que o liberalismo sem contrapeso é nocivo. É por isso que o movimento de greve de 1995 – que não foi uma greve geral nem foi um sucesso total mas ainda assim foi importante, pois limitou a desestruturação do sistema de seguridade social na França – foi vivido no conjunto dos países europeus e também no Brasil – há um artigo na Crítica Marxista que mostra o eco que esse movimento de greve teve aqui*. Na Europa, 1995 foi o meio de se reapoderar da cena política. Houve manifestações na Alemanha, por exemplo, com a bandeira francesa depois de 1995. Esse é um sinal, pois não há um amor extremo pela bandeira francesa na Alemanha para que os alemães se valessem dela, mas se o fizeram foi porque quiseram mostrar que encontraram no que se passou na França um encorajamento, um sinal de que o movimento operário não estava morto. Isso se traduziu num conjunto de lutas, na França eu já mencionei, mas na Grã-Bretanha houve lutas, particularmente no setor de transportes e de saúde, na Itália houve resistência igualmente no transporte e na metalurgia. Mas ainda há, é preciso dizê-lo, uma parte do movimento sindical que está não somente na defensiva mas que aceita o liberalismo, com um intermediário importante no nível europeu que é a Confederação Européia dos Sindicatos [CES], que é o cartel do conjunto das forças sindicais no plano europeu. Esse cartel é bastante próximo das teses da Comissão Européia – para não dizer que está constantemente de acordo com suas posições – portanto

* Trata-se do artigo de A. Galvão, em Crítica Marxista nº 13, "O debate sobre a grande greve francesa de 1995" (Nota do editor).

favorece a flexibilização do mercado de trabalho, aceita as privatizações e entra numa lógica de concorrência de mercado na qual os serviços públicos são reduzidos ao mínimo. A noção de serviço público é, aliás, substituída pela noção de serviço universal.

CM – Falando da reanimação do movimento sindical e dos movimentos sociais, você acentuou a situação política originada da derrota e de lutas antigas e também da situação conjuntural da economia. Normalmente, quando se fala do declínio dos movimentos sociais, se fala da mutação da sociedade industrial, que seria definitiva, levando portanto ao declínio desses movimentos. Qual é a diferença de sua abordagem em relação a essa outra?

R. Mouriaux – *De minha parte eu acentuo o fato de que o movimento operário já conheceu formas bastante diferentes. Não é uma história linear, há um período, digamos, de tateamento e depois em muitos países europeus há formas de sindicalismo revolucionário, com a idéia de que o sindicato pode fazer tudo, é a estratégia da greve geral. Essa idéia é encontrada por toda parte mesmo se, na Alemanha, desenvolve-se desde cedo um sindicalismo de tipo social democrata. Mas há um momento em que o movimento sindical se apresenta como sendo a forma única do movimento operário. Depois disso se desfaz, particularmente com o fracasso da greve geral em 1914. Esse sindicalismo, que tinha por objetivo parar a guerra (“guerra à guerra”), não se mostra capaz de fazê-lo, transforma-se e aparece uma segunda fase de sindicalismo, digamos, de tipo leninista: o partido é a vanguarda e o sindicalismo é uma organização ampla, de massa, que constitui o viveiro e o instrumento pelo qual a política do partido é transmitida às massas. Esse sindicalismo se transformou no período do crescimento keynesiano-fordista. Pode-se dizer que, após a Segunda Guerra Mundial, institui-se no conjunto da Europa um certo compromisso social, por temor ao modelo soviético. Para estabilizar o conjunto de forças sociais na Europa, a burguesia aceitou que elementos de socialização, notadamente em matéria de seguridade social, fossem introduzidos, e o movimento operário tem acesso a direitos importantes. Essa terceira fase é questionada pela crise que intervém em 1974 e dissemina-se a idéia de que esse compromisso não é mais viável, não há mais produtividade e margem de lucro suficiente para o patronato, sendo necessário desestruturar e flexibilizar. Desse modo, entramos numa nova fase, que nos dizem ser definitiva, levando ao fim do movimento operário.*

Um sociólogo como Alain Touraine é um dos teóricos desta tese, dizendo que nós deixamos o capitalismo, entramos numa sociedade pós-industrial, em que o movimento operário é puramente institucional, funcionando apenas como uma agência de regulação, e são outros atores, as mulheres, os ecologistas, os verdadeiros promotores de mudança nessa nova sociedade. Eu não par-

tilho desta análise, por uma razão que a meus olhos é fundamental: não vejo em que nós tenhamos saído do capitalismo. A centralidade do trabalho me parece ainda mais verdadeira hoje. O conjunto da sociedade repousa sobre a acumulação do trabalho e a acumulação de lucros. Vivemos numa sociedade na qual, ao contrário, jamais houve tanta necessidade de capitais. Para produzir aviões em escala mundial no sistema de concorrência que temos, é preciso haver empresas enormes, há uma concentração incomparavelmente maior que antes. Nós não temos uma sociedade que tenha se liberado dessas contingências: há uma concentração de capitais que faz com que os pequenos países sejam politicamente privados porque não estão mais ao alcance dos problemas. No âmbito europeu, muitas indústrias se europeizaram porque a escala do capital é consideravelmente mais forte que no período anterior. Penso na indústria nuclear, Airbus, indústrias que mostram bem que é preciso uma concentração de capitais enorme. Nesse contexto, como isso funciona, o que faz com que haja concentração de capital? Ora, há pessoas que trabalham, esse trabalho não é remunerado adequadamente, há benefícios, lucros, mais-valia, pode-se utilizar várias expressões, agora mesmo utiliza-se *survaleur*, para se referir àquilo que é apoderado por alguns, em detrimento de outros. Vivemos, portanto, sob o capitalismo, que se encontra numa nova fase, um novo patamar, uma nova esfera – eu prefiro falar em termos de esfera porque isso mostra bem o movimento, em que o mesmo e o outro estão constantemente ligados. Entramos numa nova fase do capitalismo que é amplamente mundializada, isso é uma característica, mas não estamos numa sociedade pós-industrial. De um lado, porque a indústria permanece um elemento importante, o crescimento do setor de serviços não a suprimiu, e a existência desse setor não é concebível sem essa produção material, que se mantém e é tipicamente capitalista. De outro lado, do ponto de vista do assalariado, os três grandes traços que me parecem específicos do assalariado, a saber, a subordinação, a inferioridade do estatuto social e a precariedade, esses três traços estão não somente presentes mas, em certos casos, foram exacerbados. A segurança relativa do emprego, através do contrato de duração indeterminada e da existência de uma seguridade social relativamente importante, particularmente na França, que é um dos países em que, desse ponto de vista, havia o melhor sistema de proteção social – e isso é um fato histórico e não uma manifestação de nacionalismo –, esses elementos foram questionados, havendo um recuo. Portanto, não abandonamos o horizonte capitalista, a exploração e os três traços anteriormente apontados continuam existindo. Para falar em termos mais científicos, há exploração, dominação e alienação – porque essa situação é aceita –, o que constitui a dificuldade do movimento social contemporâneo. Quando eu falei há pouco que existe a experiência do que é inaceitável, ao mesmo tempo há o fatalismo e as idéias que o liberalismo veicula, como a que considera que o

mundo não pode ser feito de outra forma, que nós atingimos a forma superior de produção. Nesse sentido, o homem que melhor disse as coisas foi Raymond Aron. Ele não negava a existência da exploração, mas dizia que uma sociedade deve comportar sobretrabalho para que haja investimentos. Não se pode remunerar todo mundo no mesmo nível do valor produzido, mas a melhor maneira de utilizar o excedente é através da apropriação privada; observem a URSS – diz ele – é um fracasso, esse modelo não pode funcionar, por isso, continuemos no capitalismo.

CM – Você diz que o capitalismo está numa nova fase e que o movimento operário já passou por diversos períodos. Seria possível distinguir as características do que seria a nova fase do movimento operário?

R. Mouriaux – *Justamente, eu gostaria de esclarecer que tipos de práticas foram instauradas. Isso nos ajudará talvez a não ser dogmático a respeito da questão “para onde vamos”.*

Hoje observam-se três tipos de luta na Europa: as lutas de urgência, em função da deterioração da situação de um grande número de assalariados, do aparecimento ou do reaparecimento da mendicância –, porque o pauperismo do século XIX não é estranho ao que nós conhecemos –, o retorno dos sem-abrigo, dos desmunidos. As lutas de urgência se desenvolveram para dar abrigo, comida, restabelecer a eletricidade, porque quando se deixa de pagar a eletricidade ela é cortada. Portanto, são lutas para que as pessoas consigam sobreviver. Além disso, há lutas que se referem a tentativas de manter as conquistas sociais, a proteção, os empregos, são as lutas defensivas, particularmente numerosas em casos de demissão coletiva. Por fim, revê-se a emergência de lutas que propõem soluções, que fazem contraproposições àquilo que o liberalismo econômico impõe constantemente à sociedade: a lógica da rentabilidade e do curto prazo. Dou um exemplo: houve na França uma grande greve no momento em que o ministro Christian Sautter quis reformar e suprimir todo um conjunto de funcionários públicos que trabalham na arrecadação de impostos, porque a lógica é de reduzir os custos do Estado, enxugá-lo e também diminuir os impostos. Os sindicatos fizeram proposições para reformar o regime fiscal, bem como sua administração, propondo a criação de casas de impostos que seriam situadas nos municípios, de modo a permitir um acesso mais simples, unificado, aos cidadãos. Assim, em vez de ter diferentes lugares para resolver os problemas relativos aos impostos, posto que há impostos locais, comerciais, enfim, há um sistema fiscal bastante complicado, os sindicatos propunham que tudo fosse unificado em casas comuns. Eis uma proposição que mostra que o movimento sindical não é apenas defensivo, mas sugere alternativas, modificações, reformas. É por isso que o movimento sindical me parece tomado pela necessidade de modificar suas práticas, de levar em conta a diversidade dos assalariados, e isso não é simples. Na fase precedente,

o erro do movimento sindical foi que ele defendia quase unicamente os funcionários públicos titulares e os assalariados que dispunham de um contrato de duração indeterminada. Os outros não dependiam diretamente dos sindicatos e eles se ocupavam pouco deles. Hoje é preciso se ocupar de todo mundo, é preciso levar em consideração toda essa diversidade.

O segundo trabalho do movimento sindical é tentar promover uma certa homogeneização. Em todo caso, o contato com toda essa diversidade deve se fazer em relação direta com as pessoas e não por delegação, que era a característica do sindicalismo anterior. Antes havia direções sindicais que faziam aprovar as suas reivindicações e as palavras de ordem. Hoje, as pessoas têm vontade de controlar a vida sindical. Há um paradoxo, pois há menos sindicalizados e realizar ações de massa é uma dificuldade. A solução é fazer assembleias gerais para a preparação de greves, com a participação de todos os assalariados, sindicalizados ou não, e que as ações sejam constantemente avaliadas e decididas pelo conjunto dos assalariados. Isso já se vê na prática e não é específico da Europa, deve-se encontrar em vários lugares um sindicalismo de ação direta muito mais engajado. Penso que aquilo que se chamava, notadamente na Grã-Bretanha, a apatia dos sindicalizados, pois havia muitos sindicalizados que se desobrigavam perante a direção, é uma fase relativamente ultrapassada.

A terceira dimensão é justamente esse lado de proposição. O sindicalismo só se desenvolverá verdadeiramente se for a um só tempo defensivo, respondendo aos ataques que provêm das reformas liberais, e se propuser soluções diferentes. O sindicalismo não terá o monopólio dessa tarefa, há também associações, outras formas de organização, e o sindicalismo custou a aceitar isso, particularmente na França. A idéia de que o sindicalismo era capaz de prover tudo é equivocada: ele mostrou que não provia tudo pois, no que se refere aos desempregados, o movimento sindical fracassou e associações específicas, mais ou menos ligadas ao movimento sindical, foram criadas. Essa convergência deve continuar. O outro lado é o político: o sindicato não vai – embora alguns assim o pensem – retornar ao sindicalismo revolucionário. Isso seria um impasse. Há uma cena política, há atores políticos que conquistaram o poder, mas há um trabalho a fazer para que haja uma esquerda verdadeira, para reconstruir uma esquerda na Europa. Além disso, não se pode esquecer que, no âmbito europeu, há forçosamente uma ancoragem nacional. Eu não creio de modo algum no desaparecimento nem da classe operária nem da classe operária nacional. Mas, ao mesmo tempo, estamos numa outra dimensão, o quadro europeu é uma realidade e certos problemas só podem ser resolvidos nesse nível. Se buscarmos manter as conquistas sociais país por país, progressivamente os mais fracos perderão e por propagação todos serão vencidos. Nós já vivemos isso, como, por exemplo, no caso dos

doqueiros, que foram vencidos na Grã-Bretanha, na Espanha, em Portugal, na Itália e, finalmente, na França. Fomos os últimos mas fomos derrotados como todo mundo. A necessidade de uma concertação, de uma ação comum no nível europeu e do reconhecimento de direitos comuns, coletivos, idênticos em todos os países, é evidente, senão a fragmentação fará com que cada um veja seus direitos suprimidos. Penso que no aspecto da proposição a inclusão da esfera européia é uma necessidade. Há, aliás, pequenos elementos nesse sentido. Existe uma ação sindical européia, embora fraca, que começou a se fazer sentir.

CM – Você se referiu ao movimento sindical e a diferentes movimentos sociais. No livro *Le mouvement social en France*, escrito em parceria com Sophie Bérout e Michel Vakaloulis, vocês propõem o uso do termo no singular. Como assegurar essa unidade entre movimentos sociais que assumem diferentes formas, apresentam diferentes reivindicações e se estruturam em torno de organizações distintas?

R. Mouriaux – Nós não queremos proclamar a unidade do movimento social a priori. Nós tentamos ver qual era a raiz comum, o que faz com que as mulheres, os desempregados, os sem-teto, os assalariados, se mobilizem. Há em comum a recusa do liberalismo enquanto lógica de um sistema econômico que é cega. O capitalismo, tal como ele funciona, afirma que o mercado assegura a melhor solução para todos os problemas, desde a qualidade dos produtos até o nível de vida dos indivíduos. Ora, constatamos concretamente que o mercado hoje é utilizado extensivamente, mas isso, é lógico, faz parte do sistema, sua única lógica é acumular, qualquer que seja o meio. O liberalismo atual é levado a produzir maus produtos porque isso possibilita maiores lucros. Tentamos acelerar o ritmo da produção agrícola para aumentar a rotatividade do giro do capital e reduzir o tempo de retorno do investimento. A criação de frangos foi intensificada através de hormônios e obteve-se aves que não sabem andar. As vacas foram alimentadas com farinha animal e adoeceram. Essa lógica do lucro atinge níveis de irracionalidade e é isso que unifica o movimento social atualmente: a recusa da desumanidade; mas trata-se ainda de um movimento bastante distinto, tanto por sua origem, pelos grupos sociais que são implicados, como por suas reivindicações. Por exemplo, quando se fala em feminismo, utiliza-se uma expressão aproximativa pois há vários feminismos: o feminismo burguês existe e não tem nada a ver com o feminismo de origem popular. Antes de mais nada, não são as mesmas organizações. É surpreendente que se coloque na categoria novos movimentos sociais o movimento feminista, que é um movimento bastante antigo, que remete a contradições que são anteriores ao capitalismo. É preciso ser Alain Touraine para colocar o feminismo nessa categoria. Faz parte da nobreza de certos intelectuais – que desfrutam

de autoridade na cena universitária – ter o direito de escrever coisas tão infundadas no plano científico porque são julgados dignos de dizer o que dizem.

A unidade é um conjunto de processos que são impostos à sociedade e que a desestruturam, liberalizam-na, e é contra isso que os diferentes componentes se opõem. Não é uma unidade positiva, é uma unidade negativa. O problema que você me coloca é como essa unidade negativa pode ser captada para se tornar um movimento coletivo, coerente e estruturado em torno dos mesmos objetivos. Ora, não nos encontramos nesse ponto, no movimento social há pelo menos três pólos: um pólo radical, que pode se unir ao que foi o movimento operário anterior, mas que continua a se desenvolver, procurando se readaptar, reimplantar, rearticular seu projeto, que diz que não somente não quer as conseqüências, ou seja, os prejuízos provocados pelo liberalismo, mas também que rejeita sua causa, que é o capitalismo. Enquanto não se atingir a apropriação privada dos lucros não se mudará nada: os prejuízos podem ser reduzidos, retardados, mas reaparecerão constantemente. Há, em segundo lugar, um pólo de tipo nacionalista, posto que o capitalismo mundial desestrutura as nações; há pessoas que dizem que a vida democrática existente no quadro nacional está desaparecendo. Isso é verdadeiro pois, se se observa o funcionamento da União Européia, conclui-se que ela não funciona democraticamente. Pessoas como Badinter, que não são ultra-esquerdistas, dizem que a Europa não é democrática porque as grandes decisões são tomadas unicamente no nível das conferências de chefes de Estado e da Comissão Européia. Não há nenhum controle: o Parlamento Europeu é a sombra de um parlamento, não tem praticamente nenhum poder. A política da Europa é conduzida por pessoas que não foram eleitas para isso nem são controladas por qualquer instância. Portanto, é compreensível que um certo número de forças republicanas queira salvar a democracia de um governo de tecnocratas, que impõem normas sem discutí-las. O movimento social comporta também essa vertente com contradições porque ao mesmo tempo resgata movimentos regionalistas, que promovem uma discussão crítica do centralismo dos estados nacionais. Não há, portanto, uma perspectiva unívoca. O terceiro pólo é o pólo liberal, que pensa corrigir o liberalismo através de meios que, todavia, não escapam a essa lógica: os defensores da taxa Tobin querem apenas reduzir a nocividade da mobilidade dos capitais, pois a liberdade de circulação de capitais faz com que hoje vejamos passar de um país a outro uma massa enorme de recursos financeiros. A volatilidade das finanças desestabiliza a economia, o que é perigoso. O FMI e o Banco Mundial intervêm em alguns momentos, dizendo que é preciso acalmar esse processo; vimos isso na América Latina, no México. Esse terceiro pólo se inscreve numa certa lógica liberal, pensa que é possível organizar o capitalismo e que é isso que precisa ser trabalhado.

Essa diversidade de orientações mostra que o movimento social tem dificuldades para definir uma perspectiva comum.

CM – É possível ver a luta de classes potencialmente, virtualmente, na unidade negativa do movimento social?

R. Mouriaux – *Sim, no pólo radical, que é o pólo que busca repensar essa questão. A luta de classes, o antagonismo está presente, o problema é que as pessoas não têm consciência disso, pois sua forma se modificou. De um lado, o gerenciamento, a maneira pela qual o trabalho está organizado demanda uma maior implicação dos assalariados. Isso permite à gerência dizer aos assalariados que eles são consultados pela empresa. Antigamente dizíamos: ergam-se contra os patrões. Agora, isso terminou, pois eles pedem a opinião dos trabalhadores, solicitam sua participação. Difunde-se a idéia de que quanto mais os trabalhadores colocarem suas capacidades e inteligência a serviço da empresa, melhor serão seus resultados e maiores serão as retribuições aos empregados, através de ações, prêmios... Isso é o que se chama cooperação, que se acentuou, mas sempre existiu. Não há possibilidade de trabalho industrial sem cooperação, mas a cooperação não implica o desaparecimento do antagonismo, sempre existiram as duas coisas. Na fase atual, as duas dimensões se modificaram: há mais cooperação, ainda que não se possa exagerar. Uma parte do trabalho se transformou, o que mais desapareceu foi o trabalho manual propriamente dito, o que as classificações denominavam mão-de-obra. Mas os operários não qualificados, o trabalho em cadeia não desapareceu. Eu diria mesmo que há setores onde ele penetrou recentemente, como o agroalimentar, que mostra uma difusão do trabalho taylorizado. E, de outro lado, há o trabalho através de computadores, mais intelectual, distanciado da máquina de controle, que se desenvolveu. Essas transformações do trabalho são fundadas numa ideologia (pois as ideologias estão em toda parte) que diz: nós deixamos o capitalismo, entramos numa fase em que o assalariado é um cidadão. Existe essa fórmula na França, a cidadania na empresa. A cidadania na empresa dura enquanto a empresa funciona; se o mercado recua, é preciso demitir e se descobre que esse assalariado-cidadão é de segunda categoria.*

O patronato tem consciência disso. O patronato da metalurgia francesa diz que as OPA [ofertas públicas de compra] – pois o capitalismo tem esse lado acionário, que se joga na bolsa de valores – estabelecem o direito de que as empresas sejam reagrupadas em função de interesses puramente capitalistas. Não são problemas de produção que estão na origem desse movimento de fusão, mas o desejo da rentabilidade financeira. Esse jogo, é evidente que os assalariados não podem aceitar, eles são os peões. Eu me lembro de que no jornal da UIMM [União das Indústrias Metalúrgicas e Minerado-

ras], que é o coração do patronato francês, as OPA são um problema porque socialmente são um risco. Aí se vê que há uma distância, que há dois campos. A continuidade desta oposição me parece absolutamente perceptível, o problema é que as pessoas não têm consciência disso, a ideologia favorece essa falta de consciência, e há setores que são mais descartados que outros. Nos países hegemônicos, as classes operárias se sentem relativamente protegidas e essa é a grande dificuldade, de despertar a consciência de que, num momento, você é beneficiado por essa situação hegemônica, mas nenhuma situação é definitiva e você não estará imune a novas concorrências no futuro. Porque se trata do modo de produção capitalista e, nesse aspecto, o que se encontra no Manifesto do Partido Comunista é bastante atual, é um movimento perpétuo de questionamento, não há nenhuma situação permanente. Durante algum tempo, a Alemanha teve o domínio na produção de automóveis, mas os japoneses a alcançaram. Há lutas políticas, mediação, a economia jamais é uma economia pura. Aliás, ela se chama economia política, o que significa que a concorrência é sempre mediatizada por aparelhos políticos, por Estados-nação, por organismos.

CM – Voltando aos três pólos que você estabeleceu para definir os diferentes tipos de movimento social de lutas sociais, que posição adotar diante das práticas conduzidas pela Attac¹ e as iniciativas como o Fórum Social Mundial, que têm sido muito criticadas por parte da esquerda revolucionária por limitar seu discurso e suas reivindicações à sociedade capitalista?

R. Mouriaux – Vejo dois aspectos em sua questão. O primeiro é: devemos ser puristas desde o princípio? Posto que são proposições de regulação que não somente são recuperáveis mas concebidas como integráveis à lógica liberal, é necessário descartá-las? Isso nos conduz a um impasse. Acredito que devemos ser pedagógicos: não devemos nos enganar, ser ingênuos. A proposição da taxa Tobin não é revolucionária, não visa a questionar a lógica da apropriação privada do lucro. Mas, por outro lado, lutar por ela mostra que podemos modificar uma situação e isso é pedagógico, pois coloca as pessoas em movimento e as faz sair de uma perspectiva fatalista. Se entrarmos num movimento de reforma, poderemos criticar os resultados dessas reformas e dizer que elas são insuficientes, que é preciso ir além delas. Se não tomamos esse caminho, nós suprimimos uma possibilidade. É arriscado, mas deve-se apostar no risco senão permaneceremos defendendo posições teóricas justas, mas sem partir para a ação.

¹ Association pour une taxation des transactions financières pour l'aide aux citoyens. Organização fundada em junho de 1998 por iniciativa de jornalistas e intelectuais ligados ao *Le Monde Diplomatique*, propõe a taxação de 0,05% sobre as transações especulativas em benefício dos "cidadãos".

CM – Mas não se corre o risco de reeditar o compromisso socialdemocrata?

R. Mouriaux – *Existe esse risco, mas o compromisso socialdemocrata não existe mais. Ele está no poder, e é por isso, aliás, que há uma desestruturação de todo o campo político. A socialdemocracia tomou o lugar da direita. Há uma brincadeira na Grã-Bretanha, na qual Tony Blair é qualificado de “Tory” Blair. O New Labour é considerado por alguns o “New Torisme”. Há contradições nessa situação. O fato de que os socialdemocratas tenham posto em prática medidas liberais coloca problemas e a esquerda fica horrorizada com isso, mas essa situação não é eterna. A idéia de defender propostas reformistas – posto que a socialdemocracia não o faz mais – tem limites, mas permite que aqueles que estão isolados saiam do gueto e que uma massa maior de assalariados que querem uma mudança se envolvam na luta. Por outro lado, é preciso mostrar, pedagogicamente, que o que for conquistado nesse âmbito não responde a tudo. É preciso que isso seja um processo, uma dinâmica, um movimento, de modo que a partir de uma conquista restrita se possa ir mais longe. É uma aposta mas, ao mesmo tempo, se não a fazemos, permanecemos imobilizados, numa posição justa, mas não entramos em combate.*

O outro aspecto de sua questão é o papel das mobilizações mundiais em relação às mobilizações locais, nacionais. No momento, é uma relação positiva, mas insuficientemente articulada. Isso mostra que há uma recusa, o que estimula o surgimento de forças novas. Há, na França, jovens militantes da Attac que protestaram após a repressão às manifestações de Gênova que antes não pertenciam a nenhuma organização. É uma população que tem vontade de exprimir sua recusa, seu descontentamento com a sociedade contemporânea, mas que não possui nenhum ponto de apoio no plano político, sindical ou associativo. Essas reuniões tiveram a vantagem de mostrar que não estamos sozinhos, que há possibilidades, perspectivas. O perigo é que se crie uma camada de militantes internacionalistas de novo tipo, que tem o monopólio da palavra nesse domínio, que dispõe dos meios necessários para se deslocar, participar, enquanto um assalariado comum não pode, tanto por falta de tempo como por razões financeiras, viajar de cidade em cidade, de G7 a G7, para participar das manifestações. Há, portanto, o perigo de uma profissionalização, da fabricação de uma camada de militantes internacionais de novo tipo. A maneira de evitar esse risco é que cada movimento local, nacional, peça àqueles que participem que prestem contas e que tentem unificar o que se passa no plano internacional e no nacional.

CM – Falando ainda do Fórum Social e das iniciativas promovidas por organismos como Attac e Espaces Marx, como compreender que eles assumam

como palavra de ordem *slogans* como “por uma mundialização cidadã”? Não se trata de uma situação em que a esquerda incorpora o discurso capitalista?

R. Mouriaux – *Não posso responder diretamente pois não sou membro da Attac, que é uma associação que reúne cerca de 30 mil seguidores na França. É uma associação importante, da qual fazem parte alguns manifestantes de 1968 e jovens, sendo um meio para a atuação daqueles que não se reconheciam em organizações políticas. Espaces Marx é algo indeciso, não há uma linha política, é um fórum de discussão e não para produzir ações, é um clube aberto, que quer colocar em contato trotskistas, comunistas, militantes sem-partido, mas não vejo nessa organização um lugar ativo para o movimento social. Ela é relativamente marginal, embora apresente a preocupação de reativar o marxismo, mas não apresenta uma linha política clara nem pretende intervir no movimento social.*

Como pensar uma outra mundialização? Isso exige primeiro um conhecimento sobre o que é a mundialização atual. O que acontece hoje? Penso que o capitalismo sempre foi mundial. A lógica do mercado é dirigida a todos. Há uma contradição entre o político e o econômico. O econômico é em essência mundial, enquanto o político é fragmentado. A idéia de que existe um Estado único no plano político não tem sentido. Pode-se pensar que existem sociedades, organizações como a ONU, que é mundial, mas não é um Estado. Não pode haver um Estado mundial, é uma contradição. A língua é um sintoma da diversidade, a humanidade é formada por grupos sociais diferenciados conforme o espaço: há europeus, latino-americanos, norteamericanos, asiáticos. Mesmo supondo que um dia teremos uma língua única, continuaremos diferentes em função do espaço, há formações sociais distintas. A mundialização é, inicialmente, uma tendência do capitalismo. É na escala mundial que as trocas comerciais se processam. No entanto, o que caracteriza a tendência atual é a unificação do capital financeiro, é nisso que a presente fase da mundialização se distingue. No âmbito da produção e do comércio, não há um comércio mundial mais intenso do que nos primórdios do século XX. Nesse aspecto, nós não somos mais mundializados do que antes, embora a finança o seja. É preciso analisar minuciosamente a situação para fugir da idéia de que o mundo é um vilarejo. Essa é uma imagem falsa, pois, se o mundo é um vilarejo, trata-se de um vilarejo curiosamente formado por bairros bastante distintos: há os bairros ricos e os pobres, uma considerável diversidade na unidade. Politicamente, a grande ruptura foi o desaparecimento da URSS, que nos levou a um mundo unipolar. O curto século XX, como disse Hobsbawm, foi um mundo bipolar. Mas o atual mundo unipolar não é um mundo unificado no plano político, é um mundo onde há o pólo americano, que explora os outros, mas que apresenta diferentes concepções no que diz respeito à política mundial – vide o exemplo

da guerra. Não vejo como se pode separar a transformação social de cada país da necessidade de se reequilibrar a relação norte/sul. Portanto, uma outra mundialização, que busque substituir a lógica do lucro pela lógica das necessidades humanas, questiona diretamente a relação norte/sul. É um grande projeto, que não será implementado de um dia para o outro, de democracia política e social.

Com relação à Attac, posso dizer que ela não é homogênea, apresenta os três pólos que eu mencionei: um regulacionista/liberal; um nacional, de defesa da democracia, como apareceu claramente em Porto Alegre, com a presença de Chevènement²; e um pólo radical, que, por sua vez, é duplo, pois há um pólo anarquista que é distinto do pólo propriamente alternativo, de crítica radical. O pólo anarquista afirma que é possível sair imediatamente do capitalismo, o que me parece complicado. Isso é visível nas manifestações contra a intervenção militar dos EUA no Afeganistão. Na França, há dois tipos de manifestação: um anarquista e outro de crítica-radical. Attac não tem um discurso único sobre o que seria essa outra mundialização: há aqueles que a querem mínima, regulada através da taxa Tobin, de organizações como a OMC, através do desenvolvimento das regras da OIT a respeito das relações de trabalho (normas salariais, relativas à jornada de trabalho, à segurança), ou seja, do estabelecimento de cláusulas sociais. Assim, o comércio seria regulado, os países que obedecessem a essas cláusulas teriam um certificado e aqueles que as desrespeitassem seriam boicotados. Isso, certo, é reformismo, apresenta limites, mas no momento não existem regras nem se esboçam outras alternativas. A idéia de sustentar essas proposições para tentar impor novas regras é, a meu ver, portadora de lógicas mais amplas, contempla a possibilidade de produzir críticas fundamentais. É uma aposta, estou de acordo, isso pode bloquear outras iniciativas, o que aliás aconteceu com a socialdemocracia: uma vez que não há mais o estímulo do comunismo real, e também do irreal, produz-se uma vaga sucessiva de ilusões.

CM – Você falou do declínio das idéias liberais e da reanimação das lutas sociais. Qual é o papel que os governos socialdemocratas europeus desempenham nesse processo?

R. Mouriaux – Eu não falei do declínio das idéias liberais, mas sim de uma maior percepção nas camadas populares, na maioria da população, dos malefícios causados pelo liberalismo. A arrogância dos ideólo-

² Jean-Pierre Chevènement, ex-ministro do Interior do governo Jospin, que deixou o governo em virtude de sua discordância em relação ao projeto que previa maior autonomia para a Córsega.

gos e do poder econômico do liberalismo é ainda a visão de mundo dominante, que detém autoridade. Não se trata exatamente de um declínio porque os socialdemocratas se tornaram liberais. Isso se fez em etapas: no caso alemão foi o congresso de Bad-Godesberg, nos anos 50, que fez com que a socialdemocracia abandonasse oficialmente o marxismo. Na França, isso ocorreu com a chegada de François Mitterrand ao novo Partido Socialista, a partir do congresso de Epinay em 1972, quando se discutiu se era ou não necessário promover o Bad-Godesberg francês. Esse abandono se produziu sem ser dito, com a ascensão do PS ao poder. No vocabulário do PS, diz-se que os socialistas passaram à cultura de governo. A cultura de governo é a aceitação de constrangimentos e, progressivamente, o socialismo francês aceitou tudo. Quando se analisa o discurso de Lionel Jospin, que diz que o mercado é a melhor solução, que apenas é necessário regulá-lo, isso se torna evidente. A socialdemocracia, a terceira via, tem suas nuances, mas essas nuances são restritas. Elas se revelam no plano do discurso: o PS e Lionel Jospin, particularmente, sustentam propostas mais duras, mas na realidade eles fazem a mesma coisa que os demais, isso fica bastante nítido no plano europeu.

A questão é saber se aceitamos a maneira pela qual a União Européia se constrói. Se aceitamos, somos liberais, porque a União Européia se constitui sob o signo do liberalismo. A União Européia é um grande mercado, é a supressão das regras relativas a emprego e seguridade social, é uma máquina para criar um espaço no qual a concorrência não encontra limites. Isso é afirmado no Tratado de Maastrich, que é um tratado que define como deve funcionar o orçamento público. Cada Estado-membro não pode mais apresentar déficit em seus orçamentos, deve, ao contrário, reduzi-lo. Desde que haja excedente, não é para reaquecer a economia mas para reduzir o déficit, há a proibição de aumentar o número de funcionários públicos. Portanto, na sociedade contemporânea, contrariamente à idéia de que não há mais Estado, há necessidade de mais Estado, pois os problemas são complicados. A questão ecológica, por exemplo, não pode ser resolvida num único Estado. Quando Chernobil existe, toda a Europa está envolvida. Como responder a esse problema? Todo problema de segurança industrial faz com que haja cada vez mais necessidade de serviços comuns. Mas não temos o direito de contratar funcionários. O que fazer? Contratar temporariamente. Assim, Maastrich leva à desestruturação dos serviços públicos, do estatuto da função pública e à precarização do emprego. Isso é aceitável ou não? Na primeira reunião da União Européia depois da assinatura do Tratado de Maastrich, o governo francês já era comandado por Lionel Jospin. Houve um certo temor quanto ao futuro da União Européia pois Jospin, em sua campanha, prometera

frear o liberalismo, para que ele não fosse tão cego. Porém, Lionel Jospin não alterou nada do que havia sido estabelecido pelo Tratado de Maastrich. [Ficou claro] que o discurso mais duro dos socialistas franceses se acompanhava das mesmas práticas [liberais]. As idéias liberais são hegemônicas na Europa, penetram cada vez mais em domínios que antes lhes escapavam. O sistema educativo, que foi relativamente poupado em todos os países, é colocado em concorrência com o setor privado. Além disso, dissemina-se a idéia de que ele deve ser rentável. Uma mercantilização está a caminho. É claro que se buscam meios de disfarçar esse fato, que não é declarado de forma aberta. Não se assume a mercantilização, apenas que o objetivo é melhorar a produtividade. O paradoxo é que as palavras têm um duplo sentido. Os liberais dizem: nós somos os promotores da universalização, somos pela abertura de fronteiras, o que permite a troca entre todos. Esse é o lado simpático, mas a abertura significa a entrada na lógica da concorrência, do mercado, da competição. Não é a qualidade das coisas que preside o funcionamento da sociedade, é a preocupação em acumular capitais de maneira cega.

CM – O Partido Comunista na França se associou aos socialdemocratas, integrando-se à esquerda plural.

R. Mouriaux – *A esquerda plural tinha quatro componentes: o PS, que é o mais importante mas não era majoritário, o PCF, de Robert Hue, o Partido Verde, de Dominique Voynet, e o Mouvement des Citoyens [MDC], de Jean-Pierre Chevènement. Em 1997, a esquerda plural adquire a maioria das cadeiras na Assembléia Nacional, mas ela não é majoritária em votos, o que demonstra a fragilidade da própria corrente reformista. Essa diferença se deve ao fato de que um certo número de circunscrições foram ganhas pela esquerda [somente] porque o Front National se manteve no segundo turno. A direita foi vencida pelo Front National. Essa esquerda plural, no caso do PCF, não acrescenta nada. O PCF está completamente desestruturado: ele tem uma corrente dita ortodoxa, chamada Rouge Vif [Vermelho Vivo], composta por militantes que recusam a deriva socialdemocrata mas que não são críticos o suficiente em relação ao stalinismo, não respondendo às necessidades atuais da esquerda. Por isso, a meu ver, essa corrente não tem um futuro considerável, embora tenha uma influência no movimento sindical. Há o centro, a corrente de Robert Hue e uma ala ora qualificada de esquerda, ora de direita, que se pretende refundadora. Essa última teve um papel no período em que o PCF esteve completamente fechado em si mesmo, afirmando que era preciso questionar as práticas e as análises do partido, mas essa ala está se dissolvendo e uma parte dela passou a apoiar Robert Hue. Há pouca elaboração teó-*

rica no seio do PCF, que se encontra a reboque do PS para proteger seus últimos bastiões. O PCF vive uma fase de encolhimento eleitoral, a realização de reformas estatutárias fez com que os parlamentares tivessem mais poder no aparelho partidário, tornando-se um partido de quadros e não de massas. O PCF encontra-se numa situação delicada e não vejo como, no estado atual das coisas, ele possa se renovar. Penso que o partido vai enfrentar ainda maiores dificuldades após as eleições presidenciais de 2002, pois Robert Hue não vai ter uma boa votação. Ele está acuado por fazer parte do governo, o eleitorado, descontente, se reduz, e os que se beneficiam dessa situação são os pequenos partidos de esquerda, especialmente Lutte Ouvrière [LO]³. No campo político, há uma ausência de reconstituição de forças. Muitos diziam que se o PCF diminuísse ele desbloquearia a esquerda e seria, então, possível constituir uma verdadeira esquerda. Isso não se produziu: de um lado, a diminuição do PCF favoreceu o PS e, de outro, não engendrou nenhuma força crítica nova. As pequenas forças tipo LCR [Ligue Communiste Révolutionnaire]⁴ têm penetração no movimento social mas não oferecem respostas no plano político. No movimento sindical, a situação é ainda mais triste porque a CGT, que era a central ligada ao PCF, declarou sua autonomia, mas de modo negativo. Apesar de se separar do PCF, a CGT não atingiu ainda o momento de assumir uma linha sindical própria, de fazer contraproposições. Há ainda no interior da CGT membros do Rouge Vif que sentem falta do tempo em que era o partido quem definia a linha da central.

CM – A reanimação das lutas sociais não propiciou o crescimento da esquerda revolucionária.

R. Mouriaux – *Essa é uma das questões: por que existe esse descompasso? O que faz com que a cena social se reative, que novas forças sindicais*

³ Partido trotskista cujos militantes (aproximadamente 5.000) são bastante atuantes no movimento sindical. Defende a proibição das demissões nas grandes empresas e a revogabilidade dos mandatos dos eleitos, de modo a controlar os políticos e a demitir aqueles que não cumprem o programa para o qual se elegeram. Entre os pequenos partidos de esquerda é o que obteve resultados eleitorais mais significativos, apesar de seu reduzido número de filiados.

⁴ Partido trotskista herdeiro de maio de 1968, membro da IV Internacional. Assim como a LO, caracteriza-se pelas críticas dirigidas ao governo Jospin, denunciando as concessões feitas ao patronato, opondo-se à política de privatizações e à adesão à mundialização liberal. Propõe a proibição de demissões e a preservação dos direitos sociais ameaçados pelo governo da esquerda plural, apresentando uma forte atuação junto ao movimento social. No entanto, essa atuação não tem se convertido num engajamento ativo dos simpatizantes, uma vez que o partido não reúne mais do que 5.000 membros.

como SUD⁵ e FSU⁶ se constituam, que uma parte da CGT se renove? Nesse âmbito, pode-se ter esperanças, vislumbrar sinais e perspectivas, observar práticas e proposições, enquanto no campo político verifica-se algo que a revista *Variations* chamou de “a dinâmica da não-alternativa”, e que eu prefiro chamar de a contradinâmica da não-alternativa, para melhor indicar que isso sufoca o movimento social, pois apesar disso sempre há a esperança de que essa esquerda irá fazer alguma coisa. Afinal de contas, é a esquerda, ou pelo menos deveria ser! A traição constante é inconcebível, há ainda um vínculo, mesmo no eleitorado socialista, a palavra esquerda tem um sentido e eis que na prática percebe-se que ela funciona no sentido inverso. Não houve a emergência de uma nova expressão política e as pequenas forças tipo LCR poderiam, e alguns esperavam isso, promover a articulação entre a esquerda do partido comunista e os trotskistas, de modo a constituir de pólo crítico. Houve reuniões, textos comuns, mas essa tentativa fracassou em virtude da emergência da esquerda plural, que frustrou a alternativa política que estava nascendo. Ela não eliminou o movimento social porque nesse âmbito as contradições são muito fortes, e o contexto econômico favoreceu as mobilizações. Vejam que ironia: Alain Juppé e Jacques Chirac dissolveram a Assembleia Nacional em 1997 pensando que a conjuntura econômica iria se degradar e que seria preciso antecipar as eleições para evitar a derrota. Eles são derrotados assim mesmo e eis que o crescimento é retomado! Jospin foi beneficiado por essa circunstância, ele não promoveu uma política de emprego diferente do governo anterior, mas houve uma recuperação do nível de emprego. [...] O crescimento permitiu o relançamento do movimento de desempregados e a retomada de toda uma série de greves, de pequenas greves às vezes, mas que tiveram uma grande repercussão. Eu penso na greve da Cellatex em 2000. É uma pequena fábrica, num canto perdido da região de Ardennes, em que 150 pessoas foram demitidas em virtude do fechamento da planta. Eles produziam fibras, possuíam produtos químicos, ácido, e os trabalhadores ameaçaram utilizá-los para explodir a fábrica. Num primeiro momento, eles despejaram ácido nos canais vizinhos à fábrica. Esse precedente fez com que a ameaça fosse encarada de maneira mais séria, havendo

⁵ SUD (Solidaire, Unitaire, Démocratique): sindicato criado em 1989 a partir da expulsão da federação dos correios e telecomunicações (PTT) e da federação da saúde da CFDT. Essas federações constituíam a ala esquerda da CFDT, central que, a partir dos anos 80, adota uma política de recentragem, recusando o conflito e aproximando-se do governo e do patronato. A posição da CFDT – contrária às greves promovidas pelo funcionalismo público em 1995 – desencadeia novos processos de cisão, com a saída de ferroviários e professores, que formam novos SUDs.

⁶ FSU (Fédération Syndicale Unitaire), criada em 1992 em virtude da expulsão de sindicatos próximos ao PCF da FEN (Fédération de l'Éducation Nationale).

negociações e, finalmente, um acordo que estabeleceu indenizações superiores à média e a criação de um organismo para a recolocação dos demitidos. Essa greve mobilizou a sociedade e teve um eco enorme. O patronato lançou a tese de terrorismo social, mas não funcionou, pois a greve foi popular. Há um movimento social, existe uma capacidade de resistência. Mas no plano político há um descompasso incrível e penso que a única explicação é que, de um lado, o PS faz de tudo para que essa alternativa política não se constitua e, de outro lado, mantém-se a esperança de que a socialdemocracia fará, apesar de tudo, alguma coisa.

CM – Você pensa que o novo quadro internacional, criado pela guerra contra o Afeganistão, pode mudar alguma coisa para as lutas sociais e para a esquerda revolucionária na Europa?

R. Mouriaux – *É difícil de responder a respeito de um assunto tão recente e cuja forma ainda não está definida. Ainda não temos o conhecimento de todos os aspectos da estratégia americana nem de suas conseqüências. Há uma certa dificuldade para apreender a fase na qual entramos. Será algo circunstancial ou vai durar muito tempo? Parece que os próprios estrategistas americanos hesitam. Qual é a amplitude que esse caso vai adquirir? Essas dúvidas tornam incerta qualquer tentativa de análise. Mas os elementos disponíveis revelam indícios sobre o estado das relações internacionais e a política dos EUA como pólo único: os EUA contornaram a ONU, o que não quer dizer que a ONU seja um organismo satisfatório ou que teria encontrado a boa saída para o caso, mas isso significa que os EUA se encontram acima de tudo. Quando eles decidem uma coisa, fazem-no sozinhos ou, quando isso é muito complicado, estabelecem uma coalizção na qual são os únicos mestres. Na Europa, há uma corrente pró-americana antiga, ligada, no pós-guerra, ao Plano Marshall. A América era a barreira de segurança em face da URSS e essa estratégia se mantém, mesmo se a URSS não existe mais. Há uma aceitação de parte da burguesia européia de que os manda-chuvas são os norte-americanos. Mas uma parte do mundo do trabalho não aceita essa lógica. Imediatamente, não posso dizer se isso vai frear o movimento social ou não. No momento, não parece que isso vá acontecer, o que marcaria uma diferença em relação ao que aconteceu quando da guerra do Golfo. As disposições que existem de fazer manifestações, greves, na França e em outros países, não me parece que serão aniquiladas. A lógica dessa polaridade política faz com que os EUA imponham sua ordem ao conjunto do universo. O Afeganistão é um elo que ousou atingir o centro, desencadeando uma reação que pretende erradicar aquilo que os próprios EUA criaram, porque os talibans são fruto da CIA, algo que não existiria sem a sustentação dessa agência. [...] Em que essa*

hegemonia é inaceitável? Como ela pode ser a fonte de transposições políticas que levem a afirmações tipo: o Ocidente está ameaçado pelo Islã? Esse é um tema lançado por Huntington, a guerra das civilizações. Isso pode ser retomado porque na periferia das grandes cidades européias há uma presença do Terceiro Mundo: na Grã-Bretanha, na França, há importantes comunidades islâmicas. Ora, isso permitiria o mascaramento da luta social na França. Pode-se chegar a um dispositivo que considera não mais haver luta de classes, mas sim uma luta entre os selvagens – os islamistas – e os outros cidadãos, ocultando a oposição entre exploradores e explorados. No interior dos explorados, os superexplorados é que seriam designados como o “diabo”. Esse é um perigo possível e ao qual uma parte da esquerda – penso nos partidários de Chevènement – poderia ceder. Essa tese pode ser encontrada mesmo em certos sociólogos de esquerda, como Philippe Corcuff. A luta principal seria entre os mais fracos; os ricos não teriam nada a ver com isso. Assim, não há mais luta de classes e a periferia das grandes cidades européias seria a expressão da contradição principal de nossa sociedade. Essas análises são muito perigosas, mas não parecem ter sido ainda incorporadas.

O que tentei propor como análise é a preocupação de partir do real, de mostrar as potencialidades mas também os limites do movimento social. O grande perigo é o fatalismo e a idéia de que o movimento social está morto. Há militantes – na Alemanha, na Grã-Bretanha, na Itália, na Espanha, na França – que colocam o problema no nível em que ele precisa ser colocado, há mobilizações, potencialidades, mas nada é definitivo, tudo isso pode ser cooptado e aniquilado. Há um enorme trabalho a fazer no plano teórico, estratégico, organizacional, porque é preciso agir no plano local, nacional, europeu e mundial. É preciso evitar os perigos da burocratização, da delegação, de modo que as decisões sejam tomadas pelo conjunto dos assalariados, implementando-se uma dinâmica de autogestão. Isso é o que deveria caracterizar o período contemporâneo. Esse trabalho implica uma crítica ao passado, não no sentido sadomasoquista, não se trata de denegrir a história do movimento operário, que comporta passagens muito nobres mas também sombras, que precisavam ser analisadas. É preciso entender por que se cometeram erros, práticas terroristas, stalinismo, desvios. É preciso compreender as questões e as possibilidades colocadas por nosso tempo e, assim, acionar uma dinâmica com perspectivas, proposições, soluções alternativas. São essas as questões e o que me surpreende é que, embora haja uma enorme diferença entre a situação da América Latina e a da Europa temos, ao mesmo tempo, os mesmos problemas, os mesmos desafios. [Isso acontece] não somente porque há esse pólo unificador que são os EUA, cujo peso nós também sentimos, [mas também porque] no interior

mesmo de cada nação, de cada formação social, há esse capitalismo dominante, uma mesma lógica social que se impõe, com a mesma receita, o mesmo discurso, que vão incidir sobre realidades diferentes mas que têm a mesmas conseqüências. É por isso que, forçosamente, é necessário haver uma resposta mundial. Não podemos mais jogar cada um no seu canto. Ou somos pessimistas, dizendo que se trata de uma tarefa enorme que não conseguiremos realizar, ou somos otimistas, dizendo que a única maneira de viver é combater. David teve seu Golias, não há nenhuma cidadela impenetrável. Há lança-pedras que fazem bastante mal. Tentemos, pois, encontrar bons atiradores de pedras.

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. Entrevista concedida a Andréia Galvão. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 14, 2002, p. 150-170.

Palavras-chave: Esquerda; Lutas sociais; Europa.